

Em dez anos, “sangria” de US\$ 63 bilhões

A elevação dos preços do petróleo e a alta das taxas de juros exigiram do Brasil gastos adicionais de divisas de US\$ 63,7 bilhões de 1974 a 1983. Esse cálculo foi feito pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvães, em trabalho que apresentou ontem na Escola Superior de Guerra, no Rio. Se os juros tivessem permanecido no mesmo patamar de 1983, o País teria economizado divisas de US\$ 26,6 bilhões. Da mesma forma, se não houvesse a manutenção dos preços do petróleo, a economia seria de US\$ 37 bilhões.

Em apenas quatro anos, de 1978 a 1982, segundo o texto de mais de trezentas páginas distribuído pelo ministro, a elevação dos juros e o aumento do petróleo “provocaram uma sangria” de US\$ 48 bilhões (ver tabelas).

Diante dessa “sangria” de recursos, o ministro Galvães acredita que os resultados obtidos no programa de ajuste econômico serão reconhecidos pelos banqueiros internacionais com quem o Brasil vai empreender uma nova etapa de negociação nos próximos meses. “Os prazos e custos serão mais favorá-

ACRÉSCIMOS DE ENCARGOS DO BRASIL COM A ALTA DA TAXA DE JUROS EXTERNOS				
ANO	Juros Brutos Pagos (a)	Aplicando o coeficiente 0,0668 sobre total da dívida de cada ano (1)	Diferença de juros (c) = (a-b)	Acumulado
				Em US\$ milhões
1973	839,5	839,5	0,0	0,0
1974	1.370,1	1.146,7	223,4	223,4
1975	1.862,7	1.414,2	448,5	671,9
1976	2.090,9	1.735,8	355,1	1.027,0
1977	2.462,4	2.140,1	322,3	1.349,3
1978	3.343,8	2.906,5	437,3	1.786,6
1979	5.347,5	3.333,6	2.013,9	3.800,5
1980	7.457,0	3.597,0	3.860,0	7.660,5
1981	10.305,2	4.102,2	6.203,0	13.863,5
1982	12.550,6	4.652,9	7.897,7	21.761,2
1983	10.262,6	5.432,1	4.830,5	26.591,7

FONTE: BACEN

(1) — Juros que seriam pagos anualmente, quando mantida a mesma relação de juros efetivamente pagos sobre total da dívida registrada de 1973.

veis ao País do que nas fases anteriores”, disse o ministro em entrevista coletiva após a palestra.

CARTAGENA

Galvães afirmou, segundo relato do editor Alaor Barbosa, que não considera viável a renegociação coletiva da dívida da América Latina ou que o Brasil pretenda participar de qualquer “cartel de devedores”. Na sua opinião, a reunião de Cartagena, na Colômbia, será mais uma etapa no esforço para solucionar esse problema, mas sem trazer uma solução fi-

nal. A posição do Brasil nessa reunião será no sentido de se buscar uma “cooperação continental”, mas sem avançar muitos temas específicos.

Quanto à posição da Argentina, que endureceu suas negociações com o Fundo Monetário Interna-

QUADRO COMPARATIVO DE PREÇOS DO PETRÓLEO IMPORTADO						
Ano	Crescimento Vegetativo ($\Delta = 15,18\%$) (1)	Preço Médio em US\$ FOB/Barril (2)	Diferença de Preço (3) = (2-1)	Em 1.000 Barris (4)	Em US\$ Milhões (5) = (3x4)	Acréscimos de gastos c/petróleo em US\$ milhões (6)
1974	3,70	11,11	7,41	239.583	1.775	1.775
1975	4,26	10,48	6,22	250.380	1.557	3.332
1976	4,91	11,50	6,59	293.488	1.934	5.266
1977	5,66	12,30	6,64	288.210	1.914	7.180
1978	6,52	12,44	5,92	327.606	1.939	9.119
1979	7,51	17,11	9,60	367.160	3.525	12.644
1980	8,65	29,46	20,81	318.033	6.618	19.262
1981	9,96	34,43	24,47	307.959	7.536	26.798
1982	11,48	32,98	21,50	290.137	6.238	33.036
1983	13,22	29,41	16,19	265.953	4.306	37.342

FONTE: MINIFAZ.

cional, o ministro da Fazenda considera que “cada país é um país e deve buscar o que considera melhor para si”. No caso do Brasil, o governo vem cumprindo os compromissos assumidos e espera uma melhoria mais acentuada nas condições a serem oferecidas pelos credores. Essa situação ficará mais favorável, inclusive porque os juros internacionais devem cair, e

não subir, na avaliação de Galvães.

Agora, mais que a dívida externa, o que preocupa o governo são as taxas de inflação. Mas não se pretende adotar nenhuma medida específica para fazer os preços cairem de maneira mais rápida. Segundo Galvães, o que precisava ser feito, já o foi, só restando aguardar os resultados das medidas adotadas. Tam-

bém no que se refere à lei salarial não há nenhuma alteração em estudo na área econômica, garantiu. O ministro lembrou que, para se alterar a legislação em vigor, seria necessária, a aprovação do Congresso Nacional, e o ministro da Fazenda enfatizou que, se depender do executivo, não será proposta nenhuma mudança da atual lei salarial.